

ENTREVISTA REALIZADA COM FELIPE MACEDO DE HOLANDA¹: Crise e mercado de trabalho no Maranhão x Brasil

Entrevista realizada pela Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima² com o Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o Prof. Felipe Macedo de Holanda.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - Qual a sua opinião sobre a atual conjuntura política e econômica brasileira e sua relação com a deterioração dos principais indicadores do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão?

Felipe Macedo de Holanda - Vivemos a maior recessão desde a crise dos anos 1930. As previsões dos economistas de mercado apontam para uma queda do PIB brasileiro superior a 3,0% em 2016, seguindo-se ao recuo de 3,8% em 2015. As causas mais importantes desta grave retração econômica estão na conjugação dos graves erros de política econômica cometidos a partir de 2012 com a grave crise política, que foi amplificada pelas investigações da Lava Jato. A expansão desenfreada do gasto e do crédito público e as intervenções desastradas no setor energético com o objetivo de segurar a inflação criaram as condições para a explosão do endividamento público e a elevação da inflação. As investigações da Lava Jato atingiram o coração dos partidos de sustentação do Governo e contribuíram decisivamente para paralisar o investimento público e privado em infraestrutura e para deteriorar o grau de confiança dos investidores. A perda de dinamismo da economia Chinesa e a deflação das commodities contribuíram para que fôssemos empurrados rumo ao que foi chamado de “tempestade perfeita”, segundo a avaliação do ex ministro Delfim Netto.

A continuidade e a intensidade da crise finalmente romperam a resiliência do mercado de trabalho brasileiro, aparentemente imune à desaceleração no período 2012-2014. A resiliência no período mencionado deveu-se à sustentação da demanda causada pelos estímulos ao consumo, aos programas de incentivo à capacitação (a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)), que mantiveram parte da força de trabalho fora da atividade, e ao adiamento de cortes de pessoal, principalmente nos segmentos industriais. O aprofundamento da recessão, a redução dos incentivos e a queda para níveis inéditos dos índices de confiança empresarial e dos consumidores

¹ Economista, Doutorando em Políticas Públicas, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e atual Presidente do IMESC.

² Economista, Doutora em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

criaram uma espécie de efeito-cascata, que acelerou fortemente as demissões. A taxa de desocupação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu de 6,8% na média dos meses de 2014 para 8,5% em média em 2015. Em fevereiro de 2016 o indicador atingiu 8,2% da População Economicamente Ativa (PEA), comparado a 5,8% em fevereiro de 2015. As previsões apontam para taxa média de desemprego superior a 10% em 2016, com um contingente superior a 10 milhões de desempregados. Os dados do emprego formal divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) também são altamente preocupantes: registraram-se 1,54 milhão de demissões líquidas em 2015, comparadas a 420 mil em 2014. A indústria de transformação foi o segmento mais atingido, com 620 mil demissões líquidas. Em termos regionais, o Sudeste, mais industrializado, foi o mais afetado, com 900 mil demissões líquidas em 2015, sendo que o Nordeste registrou 256 mil demissões líquida no ano passado.

A combinação de desemprego em forte elevação com inflação alta produziu outro aspecto inédito nos últimos 14 anos - a queda no rendimento médio real das pessoas ocupadas, que atingiu 7,6% entre fevereiro de 2015 e de 2016, quando computados os resultados das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Todos estes são indícios de um movimento de reversão do processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro observado entre os anos 2004 a 2012. Com efeito, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua relativa ao 4º trimestre de 2015 mostram uma queda pronunciada no emprego formal (com carteira assinada, estatutários e empregadores) e uma elevação nas formas mais precarizadas de ocupação, com destaque para os chamados conta-própria.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - Os dados da PNAD contínua apontam que apesar da deterioração dos principais indicadores do mercado de trabalho maranhense no ano de 2015 em relação a 2014, o desempenho estadual ainda se mostrou menos desfavorável do que o nacional, sobretudo, no que tange à taxa de desocupação e à massa de rendimentos. A que o senhor atribui tal comportamento?

Felipe Macedo de Holanda - Embora em 2015 tenham se registrado 15,9 mil demissões formais líquidas no Maranhão, observou-se, ao mesmo tempo, pequena elevação na ocupação total, que agrega também empregados sem carteira assinada, conta própria, pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo, entre outras relações informais de trabalho. Registrou-se em 2015, no Estado do Maranhão, um saldo de 8 mil novas ocupações, com destaque para os Segmentos de Alojamento e Alimentação, Agropecuária e Construção Civil, que mais que compensaram as demissões na Indústria, no Comércio e nos Outros Serviços. O resultado positivo para a ocupação, observado no Maranhão em 2015, em contraste com o observado na região Nordeste e no nível nacional, deveu-se principalmente

às políticas anticíclicas adotadas pelo Governo Estadual, a exemplo de novas contratações e do reajuste salarial de uma expressiva parte do funcionalismo (professores e militares) e também da continuidade de investimentos no segmento de infraestrutura rodoviária, financiados, sobretudo, por uma operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É importante destacar também que a menor participação da indústria de transformação na estrutura ocupacional também foi um fator que contou para um menor aprofundamento das demissões. Da mesma forma, as atividades agropecuárias ligadas ao agronegócio, como a produção de soja, milho e pasta de celulose, beneficiadas pela desvalorização do Real, também atuaram no sentido pró-ocupação.

É importante considerar que, se por um lado, houve uma expansão da ocupação e também da massa de rendimentos reais no Estado, em contraste com o nível regional e nacional, houve, por outro lado, um movimento de maior desestruturação no mercado de trabalho no Maranhão. Com efeito, verificou-se uma queda de 2,2% no estoque de empregados formais e estatutários, comparada à queda de 0,9% no plano nacional, enquanto que o estoque de conta própria se elevou em 2,0% no Maranhão, em contraste com a elevação de 1,4% no nível nacional. Veja-se também que está ocorrendo no Maranhão um processo de desestruturação mais intenso em um mercado de trabalho estruturalmente mais precário - enquanto no nível nacional ao final de 2015, registravam-se 54,8% dos ocupados como empregados formais, estatutários ou empregadores, no caso do Maranhão, somente 27,4% dos ocupados eram regidos por relações formais de emprego.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima - **Em termos de perspectivas futuras, onde o senhor vislumbra as maiores oportunidades e os maiores desafios para a melhoria do desempenho do mercado de trabalho maranhense?**

Felipe Macedo de Holanda - As maiores oportunidades de criação de empregos estão no adensamento das cadeias ligadas à agroindústria e energia, nas quais desfrutamos de elevadas vantagens comparativas a partir de nosso invejável estoque de recursos naturais e da logística privilegiada do Estado. O Maranhão, hoje, importa a maior parte dos alimentos que consome. Integra de maneira privilegiada o chamado MATOPIBA, a região graneleira com maior velocidade de expansão no mundo, mas importa dois em cada três frangos que consome e não possui produção relevante de suínos. Da mesma forma, podemos nos referir ao pescado, aos hortifrutigranjeiros e até à farinha de mandioca. Temos grandes possibilidades na produção para atender à demanda interna e também para a exportação. A classe média emergente na Ásia demandará proteína vegetal e animal em grande volume nas próximas décadas, e temos um porto de classe mundial servido por uma razoável estrutura logística, que pode e deve ser ampliada. O que falta?

Temos cerca de 30% de nossa população ocupada no campo. Não faltam terras agricultáveis, sol ou chuva, falta a alocação de crédito de forma correta, falta fazer uso da tecnologia relevante e falta estabelecer canais de comercialização. Estes são os grandes desafios, no caso da agropecuária. No caso da matriz energética, as oportunidades são imensas neste Brasil e neste Nordeste que atravessam uma crise hídrica estrutural. Mas o grande desafio está na mobilização deste enorme potencial energético para o adensamento das cadeias produtivas industriais. Assim, uma coisa é utilizarmos 100% do gás natural produzido no Estado para produzir energia elétrica, disponibilizada na rede nacional e que não gera nem arrecadação de ICMS no Estado. Outra coisa será quando, a partir da construção de gasodutos, utilizarmos uma parte considerável desta imensa reserva gasífera para produzirmos fertilizantes, siderúrgicos, petroquímicos, cerâmicas, derivados de gesso, movelaria. Nestes dois segmentos está a chave para o crescimento sustentado, estruturante, do emprego no Maranhão.